

BOLETIM DE EMENDAS PARLAMENTARES

Execução orçamentária e financeira

Ano 1 | n. 1 | 2015



Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira



Brasília/junho de 2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

55ª Legislatura – 2015-2019

1ª Sessão Legislativa

PRESIDENTE

Eduardo Cunha

1º VICE-PRESIDENTE

Waldir Maranhão

2º VICE-PRESIDENTE

Giacobo

1º SECRETÁRIO

Beto Mansur

2º SECRETÁRIO

Felipe Bornier

3ª SECRETÁRIA

Mara Gabrilli

4º SECRETÁRIO

Alex Canziani

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º SUPLENTE

Mandetta

2º SUPLENTE

Gilberto Nascimento

3ª SUPLENTE

Luiza Erundina

4º SUPLENTE

Ricardo Izar

DIRETOR-GERAL

Rômulo de Sousa Mesquita

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Sílvio Avelino da Silva

BOLETIM DE EMENDAS PARLAMENTARES



Execução orçamentária e financeira

Ano 1 | n. 1 | 2015



Brasília/junho de 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Diretor: Ricardo Alberto Volpe

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora: Heloísa Helena S. C. Antunes

BOLETIM DE EMENDAS PARLAMENTARES

Órgão responsável:

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da
Câmara dos Deputados – Conof

Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, Sala 116

Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

EDIÇÕES CÂMARA

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Câmara dos Deputados, Anexo II

Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809

editora@camara.leg.br

COLABORADORES:

Arthur Falcão Freire Kronenberger

Eugênio Greggianin

Fernando José de Medeiros

Hélio Martins Tollini

Romiro Ribeiro

Túlio Cambraia

Projeto gráfico de capa e miolo

Diego Moscardini

Diagramação

Alessandra Castro König

Ilustração capa

© Iuchschen – Thinkstock

Revisão

Seção de Revisão

Boletim de emendas parlamentares : execução orçamentária e financeira / Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. – Ano 1, n. 1 (junho. 2015) – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.
v.

ISSN

1. Emenda parlamentar, periódico, Brasil. 2. Execução orçamentária, periódico, Brasil. I. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.

CDU 336.126(05)

BOLETIM DE EMENDAS PARLAMENTARES

Execução orçamentária e financeira

» *Exercício financeiro de 2014*

Lista de siglas

CD	Câmara dos Deputados
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização
Conof	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
DOU	Diário Oficial da União
DPU	Defensoria Pública da União
GND	Grupo de Natureza de Despesa
IFI	Inversões Financeiras
INV	Investimentos
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MF	Ministério da Fazenda
MPU	Ministério Público da União
ODC	Outras Despesas Correntes
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PLN	Projeto de Lei do Congresso Nacional
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
Prodasen	Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal
RAP	Restos a Pagar
RCL	Receita Corrente Líquida
RP	Resultado Primário
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siconv	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
Silor	Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

Sumário

Apresentação	7
---------------------------	----------

Considerações metodológicas	8
--	----------

1 Orçamento impositivo	9
-------------------------------------	----------

1.1 Montante de execução obrigatória das emendas individuais	10
--	----

1.2 Emendas individuais aprovadas por GND e modalidade de aplicação	11
---	----

1.3 Emendas individuais aprovadas por área temática	14
---	----

1.4 Emendas individuais com impedimentos	16
--	----

1.5 Emendas individuais – Frequência dos tipos de impedimentos	19
--	----

1.6 Emendas individuais – Impedimentos por órgãos	20
---	----

1.7 Emendas individuais – Providências adotadas	23
---	----

1.8 Emendas individuais – Crédito suplementar em razão dos impedimentos	24
---	----

1.9 Emendas individuais – Decreto em razão dos impedimentos	25
---	----

2 Execução orçamentária e financeira das dotações decorrentes de emendas individuais	26
---	-----------

2.1 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais	27
--	----

2.2 Valores empenhados mensalmente relativos às dotações decorrentes de emendas individuais	28
---	----

2.3 Valores empenhados, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais	29
--	----

2.4 Valores pagos mensalmente, inclusive restos a pagar, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais	30
---	----

2.5 Valores pagos, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais	31
---	----

2.6 Pagamentos efetuados no ano de dotações decorrentes de emendas individuais	32
--	----

2.7 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por órgão	33
--	----

2.8 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por modalidade de aplicação	34
--	----

2.9 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por GND.....	35
2.10 Execução de convênios – Emendas individuais	36

3 Execução orçamentária e financeira das emendas coletivas..... 38

3.1 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas	39
3.2 Valores empenhados mensalmente relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas	40
3.3 Valores empenhados, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas.....	41
3.4 Valores pagos mensalmente, inclusive restos a pagar, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas.....	42
3.5 Valores pagos, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas.....	43
3.6 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por órgão	44
3.7 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por modalidade de aplicação	45
3.8 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por GND.....	46

Apresentação

O *Boletim de Emendas Parlamentares*, elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Conof/CD), apresenta de forma sintética a execução das programações derivadas de emendas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) dos últimos anos, com ênfase em 2014.

Tal acompanhamento desperta interesse dos mais variados públicos e ganha relevância em face do orçamento impositivo, que corresponde à obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais nos termos estabelecidos na Emenda Constitucional nº 86, de 2015.

Nesse contexto, o *Boletim* teve como principal foco as emendas parlamentares individuais, considerando os seguintes aspectos: apresentação, execução orçamentária e financeira recente, informações dos impedimentos, indicações legislativas. Adicionalmente, apresenta informações sobre a execução orçamentária e financeira das emendas coletivas (apresentadas por comissões permanentes das Casas do Congresso Nacional e pelas bancadas estaduais).

A presente publicação contribui para o acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária das emendas e para os debates acerca das normas que dispõem sobre o orçamento impositivo.

Agradeço aos servidores da CONOF que participaram diretamente da elaboração deste boletim, assim como aos parceiros dos diversos órgãos da Casa que contribuíram para a execução deste trabalho.

Ricardo Alberto Volpe
Diretor da Conof

Para fins de levantamento dos dados de execução das programações decorrentes de emendas, alguns aspectos tiveram que ser considerados. Até 2013, não havia classificação orçamentária para identificação dos recursos das programações decorrentes das emendas individuais, o que dificultava o rastreamento de remanejamentos de dotações oriundas de emendas individuais. Em 2014, foi definido um classificador para identificação de dotações decorrentes de emendas individuais, que passaram a ser marcadas com resultado primário igual a 6 (RP 6). No entanto, o marcador não especifica o autor da emenda, o que somente estará disponível em 2015, por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015. Para as emendas coletivas, não existem classificadores que possibilitem a identificação das dotações constantes do orçamento.

Em razão da dificuldade de definição do valor exato da dotação originada de emendas, os dados utilizados ficaram restritos àqueles decorrentes de programações cujas dotações da LOA foram oriundas exclusivamente de emendas individuais e coletivas (emendas exclusivas) e não foram totalmente canceladas ao longo do exercício.

Apesar de os dados utilizados para o acompanhamento da execução não refletirem integralmente o total dos recursos das emendas individuais e coletivas, o montante da amostra é bastante representativo e pode ser considerado um indicador do nível de execução das programações decorrentes das emendas.

Considerações METODOLÓGICAS

1 Orçamento IMPOSITIVO

1.1 Montante de execução obrigatória das emendas individuais

De acordo com o art. 52, *caput*, da LDO 2014, é obrigatória a execução orçamentária e financeira das dotações decorrentes de emendas individuais e com identificador de resultado primário 6 (RP6) até o montante de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) apurada no exercício anterior. No entanto, o montante de execução obrigatória pode ser reduzido em virtude de contingenciamentos e

impedimentos de ordem técnica. O contingenciamento incide sobre despesas discricionárias e decorre da necessidade de cumprir a meta de resultado primário. O impedimento de ordem técnica deriva de situações fáticas que impeçam a execução da dotação.

Tabela 1 – LOA/2014: Obrigatoriedade de execução das emendas individuais

Valores em milhões de reais	
Item	Valor
a) Autorizado = aprovado	8.672,0
Poder Executivo	8.607,3
Outros Poderes	64,7
b) Obrigatoriedade de execução	
Limite inicial de 1,2 % da RCL de 2013	7.873,1
Limite de execução fevereiro/2014 (contingenciamento inicial)	6.527,3
Poder Executivo	6.462,6
Outros Poderes	64,7
Limite atual de execução dezembro/2014 (descontingenciamento)	6.972,0
Poder Executivo	6.907,4
Outros Poderes	64,7
c) Cumprimento da obrigatoriedade de execução	
Execução orçamentária (% obrigação)	6.141,6 (88,09%)
Execução financeira (% obrigação)	2.360,8 (33,86%)

Fonte: Siafi e Decretos nºs 8.197/14, 8.216/14, 8.261/14, 8.320/14 e 8.367/14

1.2 Emendas individuais aprovadas por GND e modalidade de aplicação

Foram aprovadas 7.767 emendas individuais ao projeto de lei orçamentária para 2014 (PL nº 9/2013 – CN), que totalizaram R\$ 8,7 bilhões, montante equivalente a 1,2% da RCL do projeto. Desse total, R\$ 8,6 bilhões são para aplicação no âmbito do Poder Executivo. Apresentaram emendas 513 deputados e 80 senadores, cada qual no montante correspondente a sua cota parlamentar, de quase R\$ 14,7 milhões.

Tabela 2 – PLOA/2014: Emendas individuais apresentadas, por modalidade de aplicação (MA) /grupo natureza de despesa (GND)

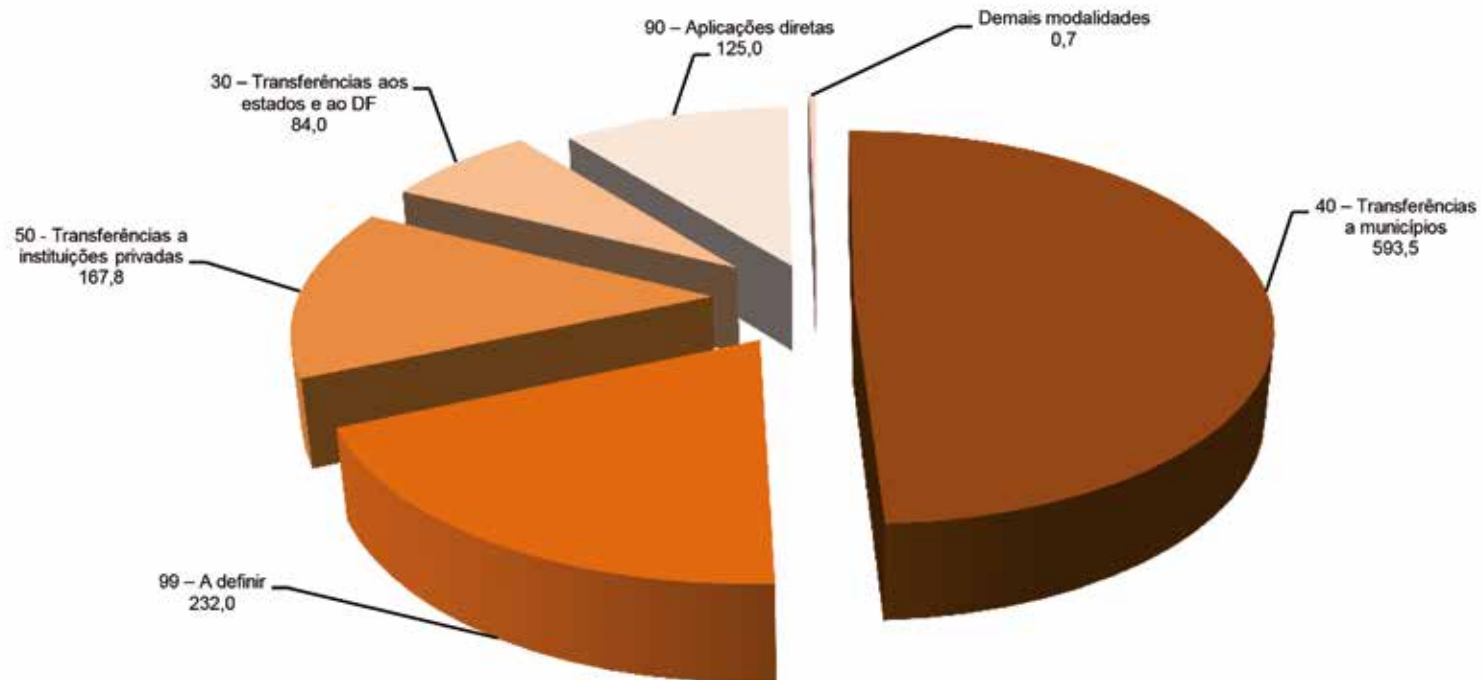
Valores em milhões de reais

Modalidade de aplicação	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	Total	% Total
40 – Transferências a municípios	593,5	5.066,4		5.659,9	64,99
99 – A definir	232,0	1.024,4		1.256,3	14,43
50 – Transferências a instituições privadas	167,8	593,2		760,9	8,74
30 – Transferências aos estados e ao DF	84,0	454,8		538,7	6,19
90 – Aplicações diretas	125,0	353,6	2,0	480,6	5,52
71 – Consórcios públicos		10,7		10,7	0,12
32 – Execução orçamentária delegada aos estados e ao DF	0,7	0,8		1,5	0,02
Total	1.202,9	7.503,7	2,0	8.708,6	100

Fonte: Selor/CN
Elaboração: Conof

Gráfico 1 – Emendas individuais apresentadas, por modalidade de aplicação (MA) / GND 3

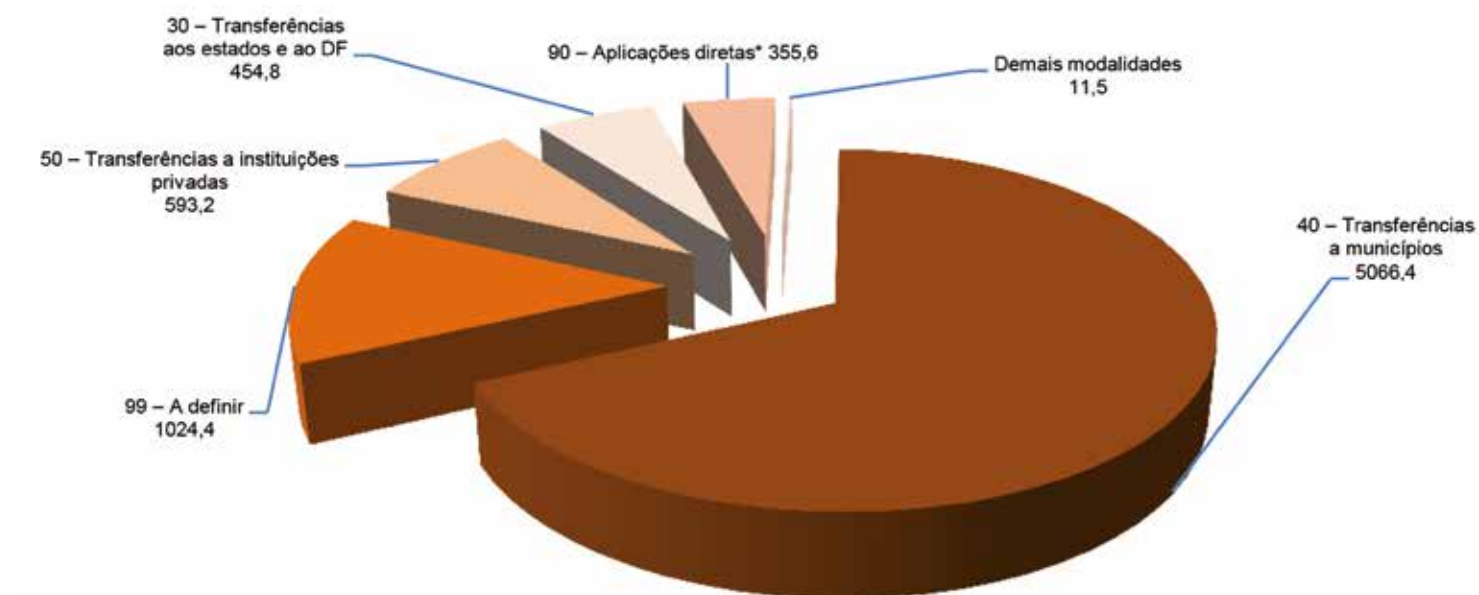
Valores em milhões de reais



Fonte: Selor/CN
Elaboração: Conof/CD

Gráfico 2 – Emendas individuais apresentadas, por modalidade de aplicação (MA) / GND 4

Valores em milhões de reais



Fonte: Selor/CN
Elaboração: Conof

*Inclui R\$ 2,0 milhões de inversões financeiras.

1.3 Emendas individuais aprovadas por área temática

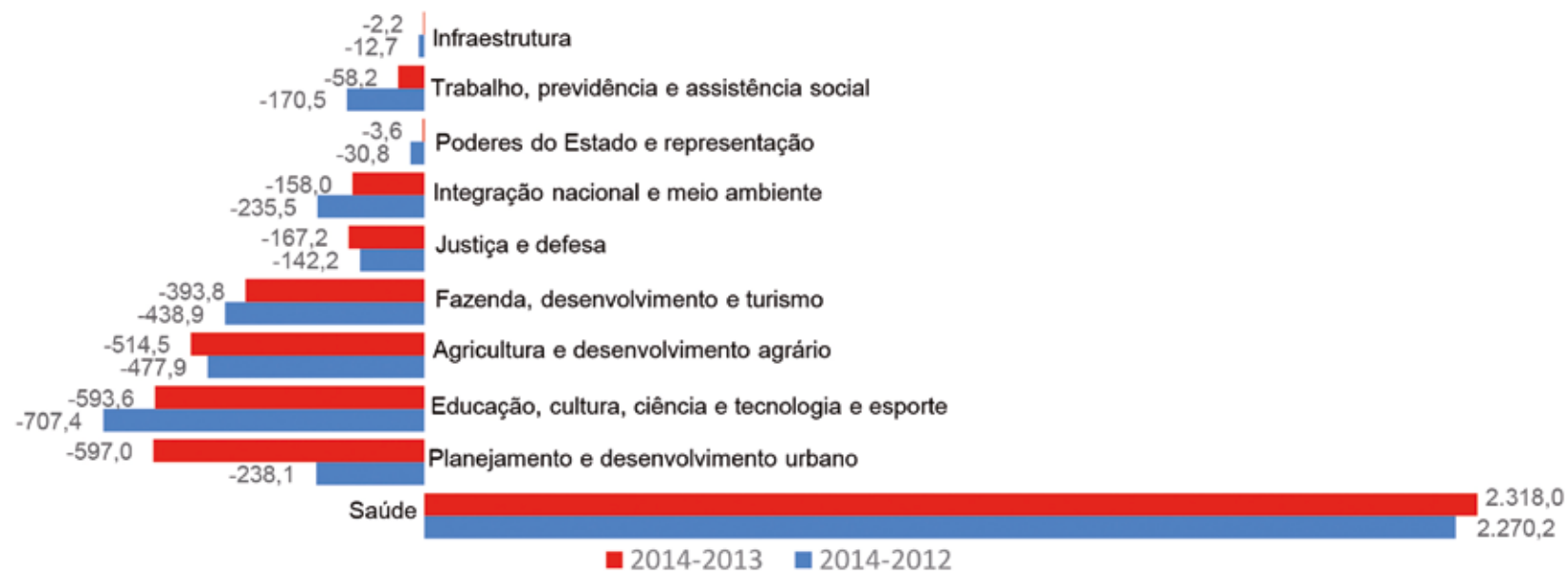
O art. 52, § 1º, da LDO 2014, estabelece que metade do montante das emendas individuais ao PLOA 2014 deve ser destinada às ações e serviços públicos de saúde. Para assegurar o cumprimento da lei, o parecer preliminar do projeto definiu que cada parlamentar deveria alocar metade de sua cota naquelas ações. Isso acarretou a redução de recursos para as outras áreas.

Tabela 3 – Emendas individuais aprovadas por setor

Valores em milhões de reais

Setor	2012		2013		2014		2014-2012	2014-2013
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Valor	Valor
2 Saúde	2.427	2.208,6	2.329	2.160,8	4.679	4.478,8	2.270,2	2.318,0
5 Planejamento e desenvolvimento urbano	824	1.537,9	886	1.896,8	1.478	1.299,8	-238,1	-597,0
4 Educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte	2.046	1.663,5	1.732	1.549,7	2.789	956,1	-707,4	-593,6
9 Agricultura e desenvolvimento agrário	841	1.073,4	778	1.110,0	1.265	595,5	-477,9	-514,5
6 Fazenda, desenvolvimento e turismo	679	878,0	564	832,8	916	439,0	-438,9	-393,8
7 Justiça e defesa	584	544,7	461	569,7	830	402,6	-142,2	-167,2
3 Integração nacional e meio ambiente	331	507,7	265	430,1	453	272,2	-235,5	-158
8 Poderes do Estado e representação	451	188,1	374	160,9	772	157,3	-30,8	-3,6
10 Trabalho, previdência e assistência social	472	272,0	277	159,7	488	101,5	-170,5	-58,2
1 Infraestrutura	16	18,5	13	8,0	15	5,8	-12,7	-2,2
Total	8.671	8.892,5	7.679	8.878,5	9.436	8.708,6	-183,9	-169,9

Gráfico 3 – Variação dos recursos das emendas individuais aos PLOAs 2012 e 2013 em relação ao PLOA 2014



Fonte: Setor Prodasen/CN

1.4 Emendas individuais com impedimentos

Os Poderes, o Ministério Público da União (MPU) e a Defensoria Pública da União (DPU), no prazo de 120 dias da publicação da lei orçamentária, verificaram os impedimentos para execução das programações decorrentes de emendas individuais e informaram as justificativas ao Congresso Nacional (art. 52, § 2º, I,

da LDO/2014). Como resultado desse processo de avaliação das emendas individuais, foi encaminhada ao Congresso Nacional a Mensagem nº 7, de 2014, alterada pelos Ofícios nº 17, de 2014-CN, nº 116, de 2014-SRI-PR, e nº 269, de 2014-GAB/SE/MS.

Tabela 4 – LOA/2014: Emenda com impedimento, por tipo de autor

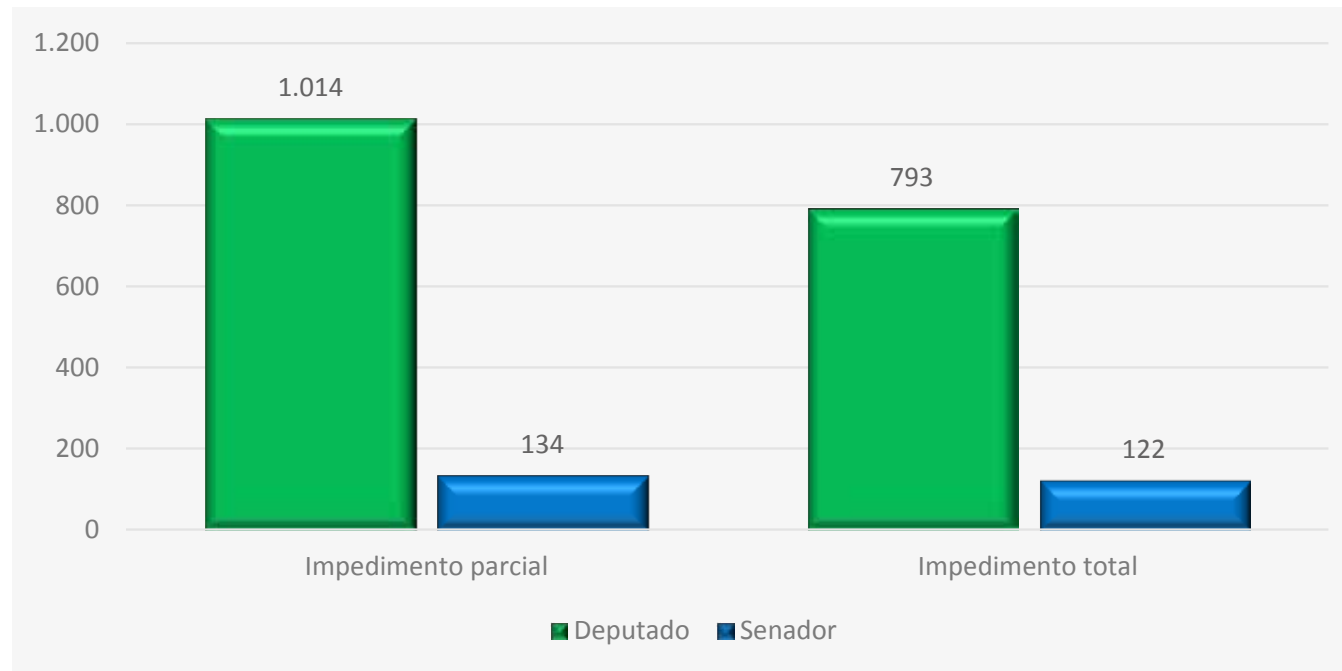
Valores em milhões de reais

Tipo de autor	Quantidade de autores	Quantidade de emendas			Valor do impedimento		
		Impedimento parcial	Impedimento total	Soma geral	Impedimento parcial	Impedimento total	Soma geral
Deputado	508	1.014	793	1.807	831,2	565	1.396,2
Senador	79	134	122	256	162,1	97,6	259,7
Total	587	1.148	915	2.063	993,3	662,6	1.655,9

Fonte: Silor/CN e Mensagem nº 7/2014

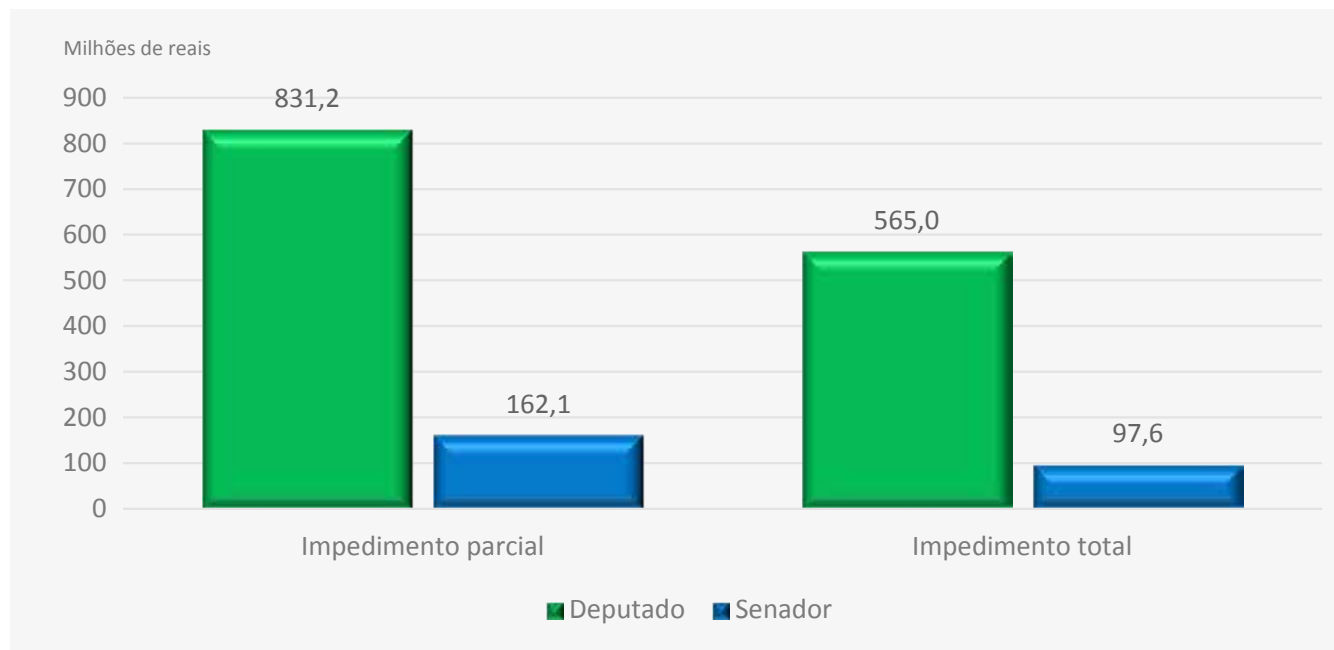
Elaboração: Conof

Gráfico 4 – Quantidade de emendas com impedimento



Fonte: Silor/CN

Gráfico 5 – Valor do impedimento por autor



Fonte: Silor/CN

1.5 Emendas individuais – Frequência dos tipos de impedimentos

Tabela 5 – LOA/2014: Justificativas das emendas com impedimento

Justificativas	Frequência	Porcentagem
Não apresentação do plano de trabalho no prazo	798	38,70%
Falta de razoabilidade dos valores: incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão de uma etapa útil do projeto; não apresentação do plano de trabalho no prazo	486	23,60%
Falta de razoabilidade dos valores: incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão de uma etapa útil do projeto	317	15,40%
Outros	184	8,90%
Não atendimento dos ajustes solicitados pelos ministérios aos estados, municípios e entidades privadas no prazo	136	6,60%
Não aprovação do plano de trabalho	55	2,70%
Não apresentação do plano de trabalho no prazo; não atendimento dos ajustes solicitados pelos ministérios aos estados, municípios e entidades privadas no prazo	30	1,50%
Incompatibilidade do objeto indicado com a finalidade da ação orçamentária	18	0,90%
Não indicação do beneficiário e respectivo valor da emenda no prazo estabelecido	14	0,70%
Desistência do proponente	14	0,70%
Outros; não atendimento dos ajustes solicitados pelos ministérios aos estados, municípios e entidades privadas no prazo	11	0,50%
Total	2063	100%

Fonte: Silor e Mensagem nº 7/2014

1.6 Emendas individuais – Impedimentos por órgãos

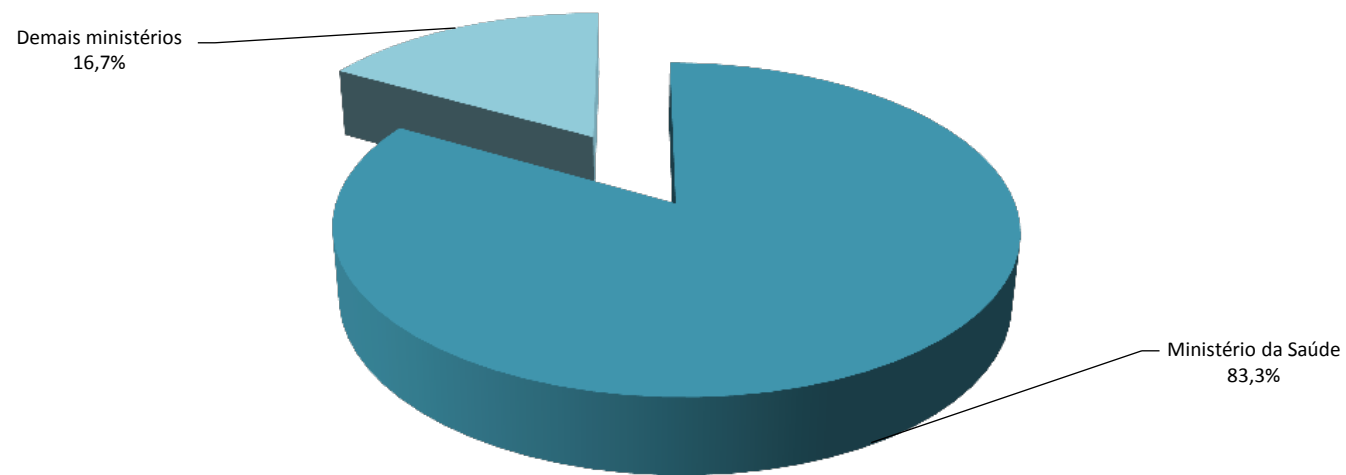
Tabela 6 – LOA/2014: Emendas com impedimento, por órgão

Valores em milhões de reais

Órgão	Impedimento sobre parte do valor da emenda		Impedimento sobre o valor total da emenda		Geral	
	Quantidade de emendas	Valor do impedimento	Quantidade de emendas	Valor do impedimento	Quantidade de emendas	Valor do impedimento
Ministério da Saúde	960	894,9	588	484,7	1.548	1.379,6
Ministério da Cultura	22	19,6	126	60,2	148	79,8
Ministério das Cidades	58	27,6	19	13,8	77	41,4
Ministério do Esporte	5	5,6	32	19,2	37	24,8
Ministério do Turismo	21	9,0	31	15,7	52	24,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	18	9,4	10	8,4	28	17,8
Ministério da Justiça	8	4,7	20	12,9	28	17,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22	8,6	12	5,2	34	13,8
Ministério da Integração Nacional	11	3,3	5	8,0	16	11,4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2	0,6	11	9,8	13	10,4
Ministério da Pesca e Aquicultura	6	5,1	11	4,3	17	9,4
Secretaria de Direitos Humanos	2	0,8	21	6,5	23	7,3
Ministério dos Transportes	1	1,7	1	3,0	2	4,7
Ministério do Trabalho e Emprego	-	-	4	3,5	4	3,5
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	7	1,3	7	1,4	14	2,6
Secretaria da Micro e Pequena Empresa	-	-	3	1,4	3	1,4
Demais ministérios	5	1,1	14	4,6	19	5,6
Total	1148	993,3	915	662,6	2063	1.655,9

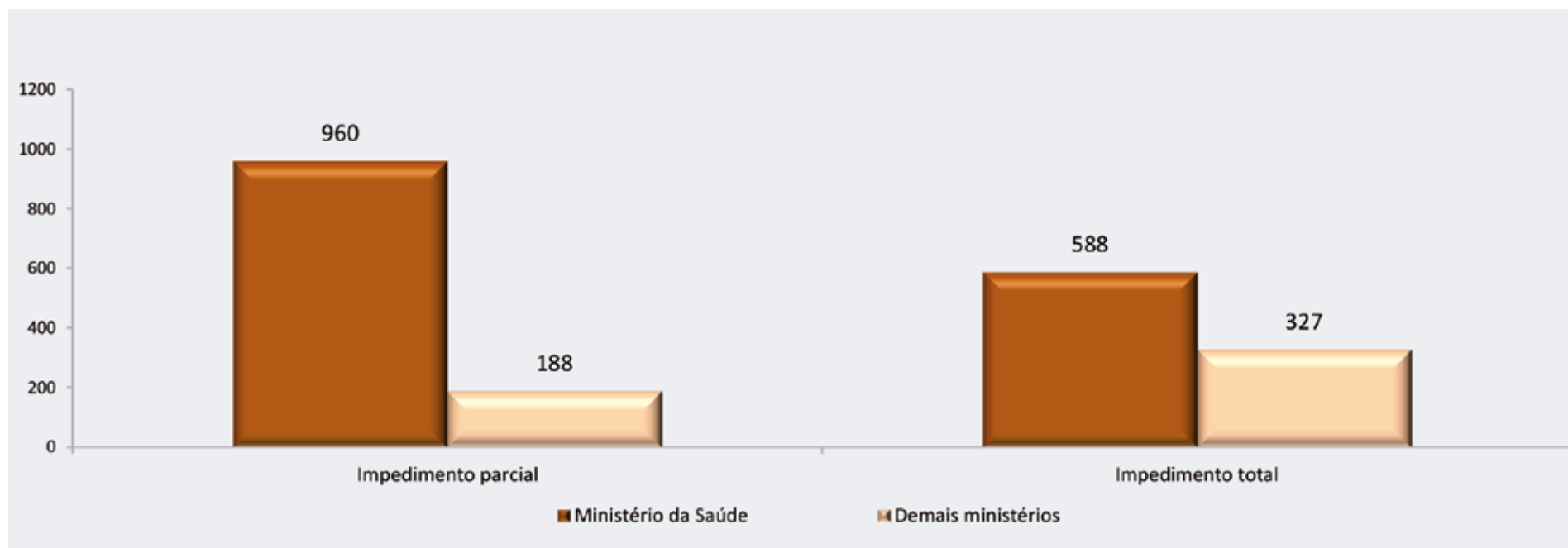
Fonte: Silor e Mensagem nº 7/2014

Gráfico 6 – Valor do impedimento por órgão



Fonte: Silor e Mensagem nº 7/2014

Gráfico 7 – Quantidade de emendas impedidas por órgão



Fonte: Silor e Mensagem nº 7/2014

1.7 Emendas individuais – Providências adotadas

A fim de superar os impedimentos apontados pelos Poderes da República, MPU e DPU, os parlamentares tiveram a oportunidade de indicar as medidas corretivas ou necessárias para execução das respectivas dotações. O procedimento foi disciplinado na Instrução Normativa nº 1, de 2014, da Comissão Mista de Planos, Orça-

mentos Públicos e Fiscalização (CMO). Ao final do processamento, foram apresentadas 243 indicações legislativas, sendo que a maioria dos casos de impedimentos foi sanada por meio de medidas administrativas, decretos para remanejamento de programação e alterações de modalidade e grupo de natureza de despesa.

Tabela 7 – LOA 2014: Emendas Individuais com impedimentos e indicações

Tipo de autor	Emendas com impedimentos	Indicações legislativas	Emendas com medidas saneadoras	Emendas sem nenhuma providência
Deputado	1.807	212	1.086	611
Senador	256	31	157	78
Total	2.063	243	1.243	689

Fonte: Silor

Observação: 112 emendas apresentaram, simultaneamente, indicações legislativas e medidas saneadoras, sendo 102 de deputados e 10 de senadores.

1.8 Emendas individuais – Crédito suplementar em razão dos impedimentos

Com base nas indicações legislativas, o Executivo enviou ao Congresso Nacional dois projetos de lei de créditos adicionais que não foram apreciados na CMO. O Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 11, de 2014, propõe a abertura de crédito suplementar tendo como fonte de recursos dotações oriundas de 18 emendas individuais (R\$ 20,6 milhões), enquanto o PLN nº 10, de 2014, propõe crédito especial tendo como fonte de recur-

sos dotações de 35 emendas individuais (R\$ 15,9 milhões). O projeto de lei de crédito especial foi aprovado na sessão do Congresso Nacional, de 17/12/2014, e convertido na Lei nº 13.072, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 31/12/2014. Quanto ao PLN nº 11, de 2014, não houve deliberação e a prejudicialidade da matéria foi anunciada, em 25/2/2015, em razão da perda de oportunidade.

Tabela 8 – LOA/ 2014: Crédito especial e suplementar derivado da indicação legislativa

Órgão	Crédito especial (PLN nº 10/2014)	Crédito suplementar (PLN nº 11/2014)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	400	2.000
Ministério da Educação	913	
Ministério da Justiça	386	
Ministério da Saúde	5.223	14.800
Ministério da Cultura	3.840	900
Ministério do Desenvolvimento Agrário	100	
Ministério do Turismo	3.143	1.364
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	150	
Ministério das Cidades	493	
Ministério da Pesca e Aquicultura	250	
Secretaria dos Direitos Humanos	100	1.500
Secretaria da Micro e Pequena Empresa	900	
Total	15.898	20.564

Fonte: PLN nº 11/2014

1.9 Emendas individuais – Decreto em razão dos impedimentos

Com base na autorização prevista na LOA 2014 e na LDO 2014, o Poder Executivo promoveu remanejamentos e ajustes por meio de decreto e portarias, no grupo de natureza de despesa e nas modalidades de aplicação de programações orçamentárias, que alcançaram 140 emendas individuais e corresponderam a R\$ 79,6 milhões.

Tabela 9 – Decreto de remanejamento e ajustes

Valores em milhões de reais	
Órgão	Valor
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.200,0
Ministério da Educação	150,0
Ministério da Saúde	65.680,4
Ministério da Cultura	1.500,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	800,0
Ministério do Esporte	1.200,0
Ministério da Defesa	1.696,9
Ministério da Integração Nacional	1.500,0
Ministério do Turismo	1.600,0
Ministério das Cidades	3.875,0
Secretaria dos Direitos Humanos	450,0
Total	79.652,3

Fonte: Decreto de 18 de julho de 2014

2

Execução orçamentária e financeira
das dotações decorrentes de
EMENDAS INDIVIDUAIS

2.1 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais

A **tabela 10** mostra a execução das emendas individuais de 2012 a 2014, anos fechados. Observa-se que a proporção dos valores pagos em cada exercício é maior em relação à execução das emendas de orçamentos pretéritos. Assim, em 2014, foram pagos R\$ 2.214,7 milhões de Restos a Pagar (RAP) de programações, incluídas por emendas individuais e apenas R\$ 146,1 milhões relativas à LOA do exercício (2014). Os valores pagos no ano do empenho continuam muito baixos, apesar do orçamento impositivo.

Tabela 10 – Execução das emendas individuais entre janeiro e dezembro

Valores em milhões de reais

Execução	Item	2012	2013	2014
No exercício	Dotação inicial	8.299,9	8.423,7	8.673,8
	Autorizado	8.393,4	8.453,2	8.673,0
	Empenhado	3.983,7	5.057,6	6.141,6
	Pago	288,6	139,6	146,1
RAP	Inscrito	7.266,7	7.768,3	9.443,2
	Cancelado	971,5	969,7	944,1
	Pago	2.221,9	2.273,6	2.214,7
	A pagar	4.073,2	4.525,2	6.284,4

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

2.2 Valores empenhados mensalmente relativos às dotações decorrentes de emendas individuais

A **tabela 11** com os valores empenhados mensalmente, entre 2012 e 2014, demonstra grande sazonalidade no cronograma de empenho em todos os exercícios. O regime do orçamento impositivo e o ano eleitoral tiveram como consequência a antecipação do cronograma e o aumento total dos empenhos

em 2014 quando comparados com os exercícios de 2012 e 2013. Em relação à receita corrente líquida (RCL), os empenhos do orçamento 2014 atingiram 0,94% da RCL do ano anterior, o que supera os percentuais de 2012 e 2013.

Tabela 11 – Valores empenhados mensalmente

Valores em milhões de reais			
Mês	2012	2013	2014
Janeiro	0,0	0,0	0,0
Fevereiro	0,5	0,0	0,7
Março	3,1	1,3	0,0
Abril	7,2	2,9	0,2
Maio	35,6	1,3	981,2
Junho	623,5	2,9	1.851,6
Julho	914,6	249,4	1.355,9
Agosto	151,2	1.750,3	55,7
Setembro	74,2	58,3	540,8
Outubro	89,0	1.002,1	240,7
Novembro	206,0	1.106,0	497,0
Dezembro	1.878,8	883,2	617,6
Total	3.983,7	5.057,6	6.141,6
Total/RCL do ano anterior (%)	0,71	0,82	0,94

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

2.3 Valores empenhados, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais

A **tabela 12** foi elaborada com os valores de empenhos acumulados mês a mês nos exercícios de 2012, 2013 e 2014. É uma maneira de mostrar, de forma segregada, o impacto dos empenhos efetuados mensalmente. Verifica-se aumento dos empenhos em 2014, comparativamente aos meses dos exercícios anteriores.

Tabela 12 – Valores empenhados acumulados mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2012				2013				2014			
	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior
Janeiro	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	0,50	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,71	0,01	0,01	0,00
Março	3,58	0,09	0,04	0,00	1,28	0,03	0,02	0,00	0,74	0,01	0,01	0,00
Abril	10,77	0,27	0,13	0,00	4,23	0,08	0,05	0,00	0,99	0,02	0,01	0,00
Maiο	46,40	1,16	0,55	0,01	5,51	0,11	0,07	0,00	982,17	15,99	11,33	0,15
Junho	669,90	16,82	7,98	0,12	8,41	0,17	0,10	0,00	2.833,82	46,14	32,68	0,43
Julho	1.584,46	39,77	18,88	0,28	257,79	5,10	3,05	0,04	4.189,75	68,22	48,32	0,64
Agosto	1.735,66	43,57	20,68	0,31	2.008,04	39,70	23,75	0,33	4.245,43	69,13	48,96	0,65
Setembro	1.809,89	45,43	21,56	0,32	2.066,37	40,86	24,44	0,33	4.786,23	77,93	55,19	0,73
Outubro	1.898,89	47,67	22,62	0,34	3.068,44	60,67	36,30	0,50	5.027,96	81,85	57,97	0,77
Novembro	2.104,90	52,84	25,08	0,38	4.174,44	82,54	49,38	0,68	5.524,99	89,94	63,70	0,84
Dezembro	3.983,69	100,00	47,46	0,71	5.057,59	100,00	59,83	0,82	6.141,61	100,00	70,82	0,94

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

2.4 Valores pagos mensalmente, inclusive restos a pagar, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais

A **tabela 13** mostra os valores pagos mensalmente entre os exercícios de 2012 e 2014. Os pagamentos feitos representam basicamente pagamentos de restos a pagar de emendas individuais de anos anteriores. Diferentemente do cronograma de empenho, os pagamentos mostram-se mais regulares e distribuídos ao

longo de todos os meses, porque dependem da execução física e de medições de milhares de convênios e contratos. Baixou, em percentual da RCL, o montante pago em 2014 para o atendimento de emendas individuais.

Tabela 13 – Valores pagos mensalmente

Valores em milhões de reais			
Mês	2012	2013	2014
Janeiro	65,6	58,5	105,0
Fevereiro	44,8	171,2	193,9
Março	165,7	235,9	168,5
Abril	183,4	173,9	344,3
Maio	213,7	223,4	301,3
Junho	225,6	200,2	353,9
Julho	274,0	249,1	244,0
Agosto	84,7	328,4	99,3
Setembro	172,6	111,0	51,9
Outubro	203,2	177,3	114,5
Novembro	136,4	177,0	172,8
Dezembro	740,7	307,2	211,4
Total	2.510,6	2.413,3	2.360,8
Total/RCL do ano anterior (%)	0,45	0,39	0,36

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

2.5 Valores pagos, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais

A **tabela 14** foi construída com os valores pagos, acumulados mês a mês nos exercícios de 2012, 2013 e 2014. Ela mostra, de forma segregada, o impacto dos pagamentos efetuados mensalmente em cada ano. Diferentemente do cronograma de empenho, os pagamentos dependem da execução física dos contratos e convênios e somente podem ser feitos depois das medições e da efetiva entrega do bem ou serviço.

Tabela 14 – Valores pagos, acumulados mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2012			2013			2014		
	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior
Janeiro	65,61	2,61	0,01	58,55	2,43	0,01	105,01	4,45	0,02
Fevereiro	110,43	4,40	0,02	229,74	9,52	0,04	298,92	12,66	0,05
Março	276,14	11,00	0,05	465,64	19,30	0,08	467,46	19,80	0,07
Abril	459,66	18,30	0,08	639,59	26,50	0,10	811,72	34,38	0,12
Maiο	673,30	26,82	0,12	862,95	35,76	0,14	1112,97	47,14	0,17
Junho	898,93	35,81	0,16	1063,18	44,06	0,17	1466,87	62,14	0,22
Julho	1172,98	46,72	0,21	1312,33	54,38	0,21	1710,89	72,47	0,26
Agosto	1257,69	50,10	0,23	1640,78	67,99	0,27	1810,17	76,68	0,28
Setembro	1430,30	56,97	0,26	1751,81	72,59	0,28	1862,07	78,88	0,28
Outubro	1633,47	65,06	0,29	1929,11	79,94	0,31	1976,59	83,73	0,30
Novembro	1769,84	70,50	0,32	2106,10	87,27	0,34	2149,36	91,05	0,33
Dezembro	2510,58	100,00	0,45	2413,27	100,00	0,39	2360,76	100,00	0,36

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31 /12/2014.

2.6 Pagamentos efetuados no ano de dotações decorrentes de emendas individuais

A **tabela 15** permite comparar o total de pagamentos relativos às dotações decorrentes de emendas individuais, sejam decorrentes de execução financeira no ano de empenho ou na forma de restos a pagar. Os pagamentos em cada exercício dependem basicamente dos restos a pagar de emendas apresentadas em anos anteriores, conclusão que não se alterou com o orçamento impositivo. Os

valores pagos do orçamento vigente (pagos no ano) são pouco expressivos, o que revela as dificuldades e a demora na execução das emendas para a efetiva entrega de bens e serviços. Ou seja, a efetividade do orçamento impositivo vai depender de medidas complementares destinadas a aumentar a agilidade e a eficácia dos procedimentos de execução.

Tabela 15 – Pagamentos efetuados entre janeiro e dezembro

		Valores em milhões de reais		
Execução Financeira		2012	2013	2014
Valores nominais	Pago no ano	288,63	139,63	146,10
	Restos a pagar	2.221,90	2.273,60	2.214,60
	Total	2.510,53	2.413,23	2.360,70
% RCL do ano anterior	Pago no ano	0,05	0,02	0,02
	Restos a pagar	0,40	0,37	0,34
	Total	0,45	0,39	0,36

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

2.7 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por órgão

A **tabela 16** mostra os pagamentos no exercício e de restos a pagar de anos anteriores, no período de 2012 a 2014. O exame da execução por órgão permite constatar as diferenças entre as execuções orçamentária e financeira.

Tabela 16 – Execução de emendas individuais por órgão

Valores em milhões de reais

Órgão	2012					2013					2014				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Ministério da Saúde	2.114,6	881,8	172,4	1.177,7	271,4	2.047,5	871,0	98,1	1.508,8	509,8	4.481,6	2.917,2	0,4	1.586,1	567,5
Ministério das Cidades	1.520,9	792,4	4,2	1.838,3	559,8	1.891,7	1.189,6	0,4	1.894,3	435,0	1.302,5	1.107,9	0,0	2.398,4	324,9
Ministério do Esporte	671,8	344,4	1,1	933,0	230,1	701,1	479,7	0,0	919,3	161,4	461,8	362,0	1,4	1.126,8	135,1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	790,5	458,1	2,4	441,6	263,9	785,3	541,4	3,6	611,5	279,7	441,4	329,8	71,6	822,2	376,1
Ministério do Turismo	833,8	360,3	7,1	1.369,5	393,2	805,7	519,7	2,4	1.155,1	219,4	429,9	342,3	1,9	1.313,4	155,1
Ministério da Educação	507,4	231,2	47,8	232,0	93,2	404,8	230,4	6,4	251,9	118,1	306,7	213,7	17,9	336,2	61,2
Ministério da Defesa	297,2	159,8	10,8	233,0	111,4	395,8	307,0	5,7	231,4	156,8	285,1	224,7	16,7	356,4	170,7
Ministério da Integração Nacional	481,7	255,0	5,8	668,7	125,0	410,1	325,8	7,9	622,1	145,2	256,3	203,4	2,2	676,7	131,4
Ministério da Cultura	203,2	64,1	1,1	39,4	6,1	203,3	116,3	1,1	86,2	19,2	147,5	64,8	3,4	165,7	19,9
Ministério do Desenvolvimento Agrário	210,0	125,4	2,4	69,1	47,5	238,4	179,1	0,0	137,0	80,5	131,3	104,3	0,0	230,9	97,2
Demais	762,3	311,2	33,5	264,4	120,2	569,8	297,6	14,0	350,7	148,4	427,5	271,5	30,6	430,5	175,5
Total	8.393,4	3.983,7	288,6	7.266,7	2.221,9	8.453,5	5.057,6	139,6	7.768,3	2.273,6	8.671,6	6.141,6	146,1	9.443,2	2.214,7

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

2.8 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por modalidade de aplicação

A **tabela 17** mostra os pagamentos no exercício e de restos a pagar de anos anteriores, nos anos de 2012 a 2014, de acordo com a modalidade de aplicação. Grande parte das emendas é destinada aos municípios. O exame da proporção

dos valores pagos por modalidade de aplicação mostra diferentes níveis de execução financeira dependendo da modalidade e do exercício.

Tabela 17 – Execução das emendas individuais por modalidade de aplicação

Valores em milhões de reais

Modalidade aplicação	2012					2013					2014				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Transferências a municípios	4.956,7	2.303,9	35,1	5.958,9	1.802,4	5.505,7	3.387,2	10,9	5.619,4	1.388,3	4.173,1	2.601,9	85,1	6.819,8	1.202,1
Transferências a estados e ao DF	1.026,8	440,3	49,0	530,7	102,5	638,9	258,9	3,6	723,7	165,3	403,4	212,4	2,2	696,9	155,2
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	647,8	234,7	3,1	381,2	93,7	440,7	171,6	3,8	467,4	221,0	788,3	499,9	5,1	371,5	142,3
Transferências municípios – fundo a fundo	501,4	490,1	139,3	97,4	49,7	725,6	591,7	93,8	398,4	164,1	2.095,4	2.081,7	0,0	729,9	342,2
Aplicações diretas	557,0	257,3	24,0	266,7	149,0	458,6	287,2	19,3	333,4	175,6	541,1	359,9	37,8	414,9	176,9
A definir	328,8	0,0	0,0	0,0	0,0	282,7	0,0	0,0	0,0	0,0	272,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Execução orçamentária delegada a municípios	186,5	99,1	2,1	0,0	0,0	275,3	269,9	1,4	97,0	73,2	199,8	199,5	15,6	292,2	146,9
Transferências ao estados e ao DF – fundo a fundo	104,9	99,5	31,5	27,8	23,3	86,4	56,3	4,4	72,0	57,9	167,3	162,4	0,0	64,1	31,3
Execução orçamentária delegada aos estados/DF	60,0	49,8	4,4	0,0	0,0	29,3	26,7	2,0	45,4	26,6	12,6	12,0	0,0	43,2	10,9
Transferências a consórcios públicos mediante contrato rateio	13,0	1,5	0,0	0,7	0,0	8,4	6,4	0,0	2,2	1,0	5,5	0,6	0,0	7,3	5,4
Demais	10,5	7,5	0,1	3,3	1,4	1,9	1,8	0,5	9,4	0,5	12,7	11,1	0,3	3,2	1,5
Total	8.393,4	3.983,7	288,6	7.266,7	2.221,9	8.453,5	5.057,6	139,6	7.768,3	2.273,6	8.671,6	6.141,6	146,1	9.443,2	2.214,7

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

2.9 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por GND

A **tabela 18** mostra a execução das dotações decorrentes de emendas individuais por GND nos exercícios de 2012 a 2014, de acordo com o GND. A maior parte das emendas incide sobre os investimentos.

Tabela 18 – Execução de emendas individuais por GND

Valores em milhões de reais

GND	2012					2013					2014				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Pessoal e encargos sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	958,3	291,4	24,8	433,8	117,3	650,3	263,0	12,3	483,3	156,9	1.088,3	593,0	22,4	497,2	150,9
Investimentos	7.432,6	3.691,3	262,8	6.826,3	2.098,1	7.796,9	4.788,3	127,2	7.285,0	2.116,7	7.581,4	5.547,2	122,3	8.939,9	2.063,7
Inversões financeiras	2,6	1,0	1,0	6,5	6,5	6,4	6,3	0,2	0,0	0,0	2,0	1,4	1,4	6,1	0,0
Total	8.393,4	3.983,7	288,6	7.266,7	2.221,9	8.453,5	5.057,6	139,6	7.768,3	2.273,6	8.671,6	6.141,6	146,1	9.443,2	2.214,7

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

2.10 Execução de convênios – Emendas individuais

A quantidade média de emendas cadastradas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv) equivale a 42,55% do total anual de emendas individuais constantes da lei orçamentária. Em termos de recursos, essas emendas correspondem a 41,96% do montante da LOA, para cada ano.

Tabela 19 – Quantidade de emendas individuais e coletivas na LOA e no Siconv

Valores em milhões de reais

Tipo de autor	2012			2013			2014		
	LOA	Siconv	% Siconv/LOA	LOA	Siconv	% Siconv/LOA	LOA	Siconv	% Siconv/LOA
Bancadas e comissões parlamentares	335	25	7,50%	362	6	1,70%	312	0	0,00%
	6.451	2.268	35,20%	5.886	2.464	41,90%	5.946	3.037	51,10%
Total	6.786	2.293	33,80%	6.248	2.470	39,50%	6.258	3.037	48,50%

Fonte: Convênio e Emendas/Conof

Observação: Emendas aprovadas nas modalidades de aplicação 30, 40, 50 e 71.

Tabela 20 – Valor de emendas individuais e coletivas na LOA e no Siconv

Valores em milhões de reais

Tipo de autor	2012			2013			2014		
	LOA	Siconv	% Siconv/LOA	LOA	Siconv	% Siconv/LOA	LOA	Siconv	% Siconv/LOA
Bancadas e comissões parlamentares	8.336,80	508,8	6,10%	10.398,90	64,3	0,60%	6.582,60	0	0,00%
	7.039,50	2.240,90	31,80%	7.158,90	3.602,40	50,30%	6.970,20	3.091,60	44,40%
Total	15.376,20	2.749,70	17,90%	17.557,80	3.666,60	20,90%	13.552,80	3.091,60	22,80%

Fonte: Convênio e Emendas/Conof

Observação: Emendas aprovadas nas modalidades de aplicação 30, 40, 50 e 71.

Tabela 21 – Convênios: repasses derivados de emendas individuais

Valores em milhões de reais

UF	2012				2013				2014			
	Repasso de emendas	Contrapartida proponente	Empenhado	Pago (inclui RAP)	Repasso de emendas	Contrapartida proponente	Empenhado	Pago (inclui RAP)	Repasso de emendas	Contrapartida proponente	Empenhado	Pago (inclui RAP)
AC	57,49	3,04	55,21	41,43	78,54	2,94	78,54	35,44	61,91	0,81	61,91	4,88
AL	68,49	4,89	66,39	36,37	82,32	3,01	82,18	9,99	57,26	0,95	57,26	3,33
AM	35,79	2,50	35,19	33,10	50,59	2,43	49,45	22,48	40,56	1,67	40,56	2,79
AP	24,04	3,18	23,00	18,40	60,21	3,14	52,39	32,68	46,74	2,65	46,74	1,40
BA	160,23	11,25	152,09	80,85	290,22	16,70	282,25	59,67	212,42	6,97	212,23	1,79
CE	117,84	8,64	93,46	43,84	198,80	9,66	198,26	16,75	147,38	5,05	146,25	2,15
DF	15,32	2,42	9,63	6,00	21,26	2,94	21,26	4,91	20,78	2,35	21,15	0,30
ES	54,67	7,55	45,83	36,78	86,57	9,37	84,85	24,53	85,06	5,51	83,75	3,00
GO	63,40	6,00	61,31	34,54	131,41	9,48	130,11	29,69	109,60	3,00	109,58	6,62
MA	85,81	2,77	65,02	23,82	139,16	4,05	139,14	9,46	76,29	1,33	76,27	0,29
MG	184,21	14,10	174,04	123,26	320,53	22,13	318,38	99,74	284,12	11,93	283,40	12,09
MS	60,50	12,23	55,11	29,39	78,37	5,85	76,32	8,70	74,21	11,24	71,43	0,80
MT	40,56	2,65	27,89	13,63	63,19	4,64	62,71	14,59	56,50	5,55	56,50	2,77
PA	48,85	3,86	42,58	21,13	74,22	3,88	74,26	20,35	61,74	3,68	61,74	2,36
PB	46,19	2,09	39,95	24,76	76,36	2,69	76,36	15,24	75,16	0,71	72,06	0,64
PE	47,03	2,73	42,92	17,92	165,97	19,43	169,33	45,81	129,35	9,01	126,05	4,41
PI	42,97	3,80	39,65	16,80	69,96	2,39	69,74	4,48	61,15	0,76	61,15	1,69
PR	187,33	26,58	185,13	153,38	237,53	23,33	237,03	122,56	215,62	12,00	214,22	31,63
RJ	48,41	6,64	43,78	30,80	153,84	20,24	153,21	30,65	169,40	9,18	167,98	7,32
RN	41,88	2,35	39,22	23,63	72,70	2,44	73,32	15,67	51,45	0,84	51,05	1,77
RO	81,43	5,38	80,64	65,37	101,42	5,26	101,42	75,92	73,50	1,42	73,50	14,61
RR	55,19	5,50	53,73	32,02	84,98	3,12	84,98	23,05	61,81	1,92	61,81	0,44
RS	201,63	33,87	198,02	160,41	281,73	34,22	280,35	113,98	222,39	15,69	221,57	26,31
SC	110,62	21,21	108,77	85,12	145,65	17,09	144,01	69,85	142,87	12,66	142,87	19,46
SE	37,99	3,25	32,44	20,10	67,36	2,54	66,91	6,68	40,22	1,43	40,22	0,50
SP	267,26	36,54	255,67	183,31	388,00	44,65	385,35	101,37	454,86	33,19	449,88	11,68
TO	55,76	5,18	54,50	38,00	81,52	2,68	81,27	14,58	59,23	1,59	58,25	0,58
Total	2.240,90	240,19	2.081,17	1.394,17	3.602,38	280,29	3.573,37	1.028,80	3.091,56	163,11	3.069,36	165,60

Fonte: Convênios e Emendas/Conof

3

Execução orçamentária e financeira das
EMENDAS COLETIVAS

3.1 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas

A execução orçamentária e financeira das emendas coletivas de 2012 a 2014 confirma a tendência de redução dos valores empenhados e pagos (do ano e de restos a pagar) dessa modalidade de emenda.

Tabela 22 – Execução de emendas coletivas (janeiro a dezembro)

Valores em milhões de reais

Execução	Item	2012	2013	2014
No exercício	Dotação inicial	10.761,4	10.433,2	8.048,6
	Autorizado	10.706,0	10.350,9	8.049,6
	Empenhado	781,3	135,3	167,1
	Pago	119,0	27,7	17,5
RAP	Inscrito	3.308,7	2.587,9	1.848,0
	Pago	1.073,6	662,1	411,2
	Cancelado	309,5	185,3	190,0
	A pagar	1.925,6	1.740,4	1.246,8

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

3.2 Valores empenhados mensalmente relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas

Nos últimos exercícios, as programações derivadas de emendas coletivas têm sido quase totalmente contingenciadas, o que se reflete nos valores mensais de empenho.

Tabela 23 – Valores empenhados mensalmente

Valores em milhões de reais

Ano	2012	2013	2014
Janeiro	0,0	0,0	0,0
Fevereiro	0,0	0,0	25,2
Março	7,7	0,0	9,3
Abril	3,2	0,0	1,0
Maio	25,6	0,6	0,0
Junho	79,6	0,2	0,5
Julho	124,2	10,8	3,0
Agosto	17,4	28,6	24,7
Setembro	13,5	1,5	1,2
Outubro	77,8	9,2	0,0
Novembro	136,4	3,5	0,1
Dezembro	296,1	80,8	102,2
Total	781,3	135,3	167,1

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

3.3 Valores empenhados, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas

A **tabela 24** foi construída com os valores de empenhos, acumulados mês a mês, nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, a fim de mostrar, de forma segregada, o impacto dos empenhos efetuados mensalmente.

Tabela 24 – Valores empenhados acumulados mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2012			2013			2014		
	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado
Janeiro	0,0	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00
Fevereiro	0,0	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	25,2	15,10	0,31
Março	7,7	0,99	0,07	0,0	0,00	0,00	34,5	20,65	0,43
Abril	10,9	1,39	0,10	0,0	0,00	0,00	35,5	21,22	0,44
Maio	36,5	4,67	0,34	0,6	0,47	0,01	35,5	21,22	0,44
Junho	116,1	14,86	1,08	0,9	0,65	0,01	36,0	21,52	0,45
Julho	240,3	30,75	2,24	11,7	8,65	0,11	38,9	23,30	0,48
Agosto	257,6	32,98	2,41	40,3	29,82	0,39	63,6	38,09	0,79
Setembro	271,1	34,70	2,53	41,8	30,92	0,40	64,8	38,80	0,81
Outubro	348,8	44,65	3,26	51,0	37,70	0,49	64,8	38,80	0,81
Novembro	485,2	62,10	4,53	54,5	40,30	0,53	64,9	38,86	0,81
Dezembro	781,3	100,00	7,30	135,3	100,00	1,31	167,1	100,00	2,08

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

3.4 Valores pagos mensalmente, inclusive restos a pagar, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas

Diferentemente do cronograma de empenho, os pagamentos relativos às emendas coletivas mostram-se mais regulares e distribuídos ao longo de todos os meses, porque dependem da execução física e de medições de um grande número de contratos e convênios. O mesmo efeito foi observado ao se comparar o cronograma de empenho e pagamento das emendas individuais.

Tabela 25 – Valores pagos mensalmente

Valores em milhões de reais			
Ano	2012	2013	2014
Janeiro	83,2	20,9	33,4
Fevereiro	40,9	33,3	52,1
Março	141,4	50,6	13,1
Abril	116,5	69,2	36,2
Maio	188,1	108,0	64,0
Junho	112,9	67,0	14,9
Julho	73,3	64,0	19,4
Agosto	54,6	52,2	28,3
Setembro	38,3	29,2	32,1
Outubro	111,4	44,6	22,1
Novembro	47,8	40,5	95,9
Dezembro	184,3	110,4	17,2
Total	1.192,6	689,9	428,7

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

3.5 Valores pagos, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas

A **tabela 26** foi construída com os valores de pagos, acumulados mês a mês, nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, mostrando-se adicionalmente os percentuais acumulados.

Tabela 26 – Valores pagos, inclusive restos a pagar, relativos a programações decorrentes de emendas coletivas

Valores em milhões de reais

Mês	2012		2013		2014	
	Valores nominais	% Pago	Valores nominais	% Pago	Valores nominais	% Pago
Janeiro	83,2	6,97	20,9	3,03	33,4	7,78
Fevereiro	124,0	10,40	54,2	7,86	85,5	19,93
Março	265,5	22,26	104,8	15,19	98,6	23,00
Abril	382,0	32,03	174,0	25,22	134,8	31,45
Maiο	570,1	47,80	281,9	40,87	198,9	46,38
Junho	682,9	57,26	349,0	50,59	213,8	49,86
Julho	756,3	63,41	413,0	59,86	233,1	54,38
Agosto	810,9	67,99	465,1	67,43	261,4	60,98
Setembro	849,1	71,20	494,4	71,66	293,6	68,48
Outubro	960,5	80,54	538,9	78,12	315,6	73,62
Novembro	1.008,3	84,54	579,5	84,00	411,5	95,99
Dezembro	1.192,6	100,00	689,9	100,00	428,7	100,00

Fonte: Siga (em 31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

3.6 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por órgão

A **tabela 27** mostra os pagamentos, das despesas do exercício e dos restos a pagar de anos anteriores, no período de 2012 a 2014. O exame da execução por órgão permite constatar diferenças quanto às execuções orçamentária e financeira.

Tabela 27 – Execução de emendas coletivas por órgão

Valores em milhões de reais

Órgão	2012					2013					2014				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP nscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP nscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Ministério das Cidades	1.644,3	8,0	-	608,2	144,8	2.571,7	-	-	400,8	101,7	1.497,3	-	-	294,0	18,5
Ministério da Saúde	1.613,2	234,2	11,2	654,6	146,8	2.026,3	-	-	709,1	177,5	1.319,8	-	-	502,5	185,5
Ministério dos Transportes	2.196,4	85,4	12,0	260,2	101,5	888,7	-	-	202,8	63,0	1.375,3	54,5	13,1	107,9	34,5
Ministério da Integração Nacional	1.392,3	22,2	-	301,8	58,4	1.136,8	-	-	229,0	40,1	1.086,7	-	-	187,8	12,6
Ministério da Educação	880,7	302,9	95,1	179,4	120,7	803,0	-	-	257,3	158,3	774,1	-	-	90,5	60,0
Ministério do Turismo	796,9	40,0	-	499,4	134,8	846,9	-	-	372,6	39,1	322,4	-	-	316,9	31,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	394,6	-	-	179,4	137,3	227,9	-	-	40,5	9,5	220,6	-	-	16,7	4,2
Ministério da Justiça	342,4	-	-	16,8	4,9	204,0	38,5	-	11,9	0,2	218,3	-	-	38,5	16,6
Ministério da Defesa	91,0	-	-	51,6	13,5	274,3	-	-	31,1	11,6	317,2	2,4	2,4	11,3	3,4
Ministério do Esporte	175,7	-	-	117,9	16,7	230,5	-	-	97,9	9,4	139,3	-	-	64,1	11,4
Demais	1.178,5	88,6	0,7	439,2	194,0	1.140,8	96,8	27,7	234,9	51,6	778,6	110,2	2,1	217,8	32,6
Total	10.706,0	781,3	119,0	3.308,7	1.073,6	10.350,9	135,3	27,7	2.587,9	662,1	8.049,6	167,1	17,5	1.848,0	411,2

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.

3.7 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por modalidade de aplicação

A **tabela 28** mostra os valores autorizados, empenhados, pagos e RAP por modalidade de aplicação, no período de 2012 a 2014.

Tabela 28 – Execução de emendas coletivas por modalidade de aplicação

Valores em milhões de reais

Modalidade de aplicação	2012					2013					2014				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Transferências ao estados e ao DF	5.019,39	267,92	63,01	1.295,81	285,22	4.830,10	-	-	1.070,89	227,50	2.877,64	-	-	796,52	220,20
Transferências ao estados e ao DF – fundo a fundo	30,13	24,27	-	38,65	38,65	-	-	-	24,27	20,37	-	-	-	-	-
Execução orçamentária delegada aos estados/DF	44,39	9,99	-	-	-	-	-	-	9,99	9,00	-	-	-	0,99	0,99
Transferências a municípios	1.508,94	47,64	20,46	1.297,76	443,69	2.961,97	-	-	760,47	113,48	1.813,96	-	-	566,37	49,04
Transferências municípios – fundo a fundo	-	-	-	-	-	20,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução orçamentária delegada a municípios	11,81	11,81	-	-	-	-	-	-	11,81	-	-	-	-	11,81	-
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	154,49	26,55	-	61,71	9,05	123,22	-	-	77,73	5,63	184,95	-	-	72,04	34,28
Transferências a instituições privadas com fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências a instituições multigovernamentais	-	-	-	71,01	-	-	-	-	71,01	13,47	-	-	-	50,04	3,80
Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	-	-	-	7,79	-	116,65	-	-	7,79	-	313,00	-	-	7,79	-
Transferências ao exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações diretas	3.936,64	392,88	35,51	496,60	257,65	2.298,62	135,31	27,72	553,72	272,50	2.860,04	167,07	17,51	342,47	102,87
Aplicações diretas – operações intraorçamentárias	0,20	0,20	0,01	39,38	39,35	-	-	-	0,19	0,19	0,04	0,04	0,04	0,00	-
A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	10.705,99	781,26	118,99	3.308,71	1.073,62	10.350,86	135,31	27,72	2.587,87	662,15	8.049,63	167,10	17,55	1.848,02	411,18

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/de 2014.

3.8 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por GND

A **tabela 29** mostra os pagamentos, das despesas do exercício e dos restos a pagar de anos anteriores, por modalidade de aplicação, no período de 2012 a 2014.

Tabela 29 – Execução de emendas coletivas por modalidade de aplicação

Valores em milhões de reais

GND	2012					2013					2014				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Outras despesas correntes	587,55	49,52	8,43	104,89	30,39	726,59	21,35	-	91,28	22,44	516,32	-	-	83,60	23,37
Investimentos	10.087,94	731,75	110,56	3.164,82	1.004,22	9.581,77	82,25	4,71	2.496,58	639,71	7.370,88	121,48	17,51	1.755,73	387,81
Inversões financeiras	18,50	-	-	39,01	39,01	42,50	31,71	23,01	-	-	137,44	45,63	0,04	8,70	-
Reservada de contingência	12,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25,00	-	-	-	-
Total	10.705,99	781,26	118,99	3.308,71	1.073,62	10.350,86	135,31	27,72	2.587,87	662,15	8.049,63	167,10	17,55	1.848,02	411,18

Fonte: Siga (31/12/2014)
Execução até 31/12/2014.